



## Entrevista: Prof. Klaas Woortmann (UnB)

### **Prof. Klaas Woortmann (UnB)**

*Graduado em Geografia e História (UFRJ), mestrado em Sociologia (UFBA) e doutorado em Antropologia Social e Cultural - Harvard University. É professor titular aposentado do Depto. de Antropologia (UnB) e trabalha com teoria antropológica, campesinato, família e parentesco*

### **Ellen F. Woortmann**

*ellen@unb.com.br*

*DAN/UnB*

### **Elisete Schwade**

*eliseteschwade@gmail.com*

*(UFRN)*

## Como foi sua formação até tornar-se antropólogo?

Fiz meus estudos de graduação, lá pelos anos cinquenta e tantos, no Rio de Janeiro, na antiga Faculdade de Filosofia da então Universidade do Brasil, que corresponde à atual UFRJ. Meu interesse já era a Antropologia e por isso escolhi o curso de História e Geografia, e não o de Ciências Sociais. Por uma estranha razão, no primeiro havia mais anos de Antropologia do que no segundo. Mas foi, ainda que no início eu não o soubesse, uma escolha feliz, pois tive dois excelentes professores. Um deles era Francis Ruellan, geomorfólogo francês que dava aulas em francês, o que para nós era perfeitamente normal, já que toda a nossa bibliografia, tanto em História como em Geografia, era nessa língua. Gostei muito do curso dele por causa da ênfase em trabalho de campo: caminhávamos muito nas montanhas da Serra do Mar, observando o relevo. Fizemos a descida do que seria depois a estrada de Teresópolis para o Rio de Janeiro, isto é, fizemos trabalho de campo, e o trabalho de campo, como se sabe, é fundamental para a Antropologia.

Tive também a felicidade de ter sido aluno de Maria Yedda Leite Linhares, professora de História Contemporânea. Um belo dia ela me disse: “Você não tem nome de historiador, você tem nome de antropólogo”. Na verdade, ela havia percebido que meu estilo ao escrever trabalhos escolares (hoje diríamos “papers”) lembrava mais a Antropologia; e me apresentou a um antropólogo americano do qual era amiga, Charles Wagley, que me incentivou a estudar Antropologia em nível de pós-graduação, o que era raro na época.

Na mesma época, inventou-se, na Faculdade de Filosofia, uma disciplina chamada Línguas e Culturas Indígenas. Contratou-se um novo professor – Darcy Ribeiro. O curso acabou sendo sobre o conceito de cultura, com base em Gordon Childe e Leslie White. Embora já tivesse concluído a graduação, assisti às aulas e me decidi, definitivamente, a ir para a Antropologia. Foi a minha conversão, já prevista por Maria Yedda. Candidatei-me, então, a um curso de aperfeiçoamento organizado por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, e com bolsa da CAPES. Para tanto, tive de elaborar um trabalho de pesquisa, mesmo porque a ênfase do curso era dada pela etnografia.





## Qual a situação que poderia ser considerada como sua primeira expressiva experiência, seu batismo de fogo, como antropólogo?

Meu “batismo de fogo” aconteceu quando estava indo para os Maxacali, em Minas Gerais. Íamos, Juca (responsável pelo Posto Indígena) e eu, tranquilamente a cavalo para a aldeia, atravessando uma mata até próximo a uma fazenda. Subitamente, alguém começou a atirar em nós! Descemos dos cavalos e respondemos ao fogo (sem fazer pontaria nenhuma). Juca resolveu chamar o dono da casa, dizer quem éramos nós e a confusão terminou. Tudo por causa de um blusão de couro marrom que eu estava usando, igual ao da polícia mineira. Ocorre que o atirador havia matado um policial da Bahia (a divisa interestadual, junto a uma “estrada real” ainda utilizada, era ali perto) que havia tido um caso com sua mulher – de acordo com o “código do sertão” ou matava ou virava “corno manso” pelo resto da vida – e pensou que eu era da polícia. Nunca mais usei aquele blusão! Esclarecida a questão, viajamos juntos.

Resultou dessa incursão ao campo um “paper” sobre o “processo adaptativo” dos Maxacali, isto é, nos termos de Darcy Ribeiro, sua adaptação ao meio ambiente. Aquele trabalho me abriu as portas para o curso de aperfeiçoamento por ele organizado. Nesse curso fui aluno de Roberto Cardoso de Oliveira e de Oracy Nogueira, que ampliaram minha perspectiva teórica. Esta seria ainda mais ampliada com meu trabalho de campo, supervisionado por Oracy Nogueira, no rio Tapajós. Tal trabalho de campo, realizado entre maio de 1959 e março de 1960, estendeu-se de Santarém a Jacareacanga e tinha como objetivo formal o estudo dos processos de educação escolar naquela área. Mas, não foi esse o meu objetivo pessoal, e sim a coleta do material que tornou possível minha incursão por um dos campos que marcaria meus estudos acadêmicos: a análise dos sistemas de parentesco.

Ao contrário do incidente ocorrido quando de minha visita aos Maxacali, não ocorreu qualquer tiroteio durante meu trabalho no Tapajós. É verdade que os Caiapó estavam atacando a margem esquerda de quem sobe o rio, mas, prudentemente, me mantive na margem oposta. Anos depois, quando já morava em Brasília, um belo dia eu voltava para casa, um pouco atrasado para o jantar, e quem encontrei à mesa com minha família? Ninguém menos que o chefe Raoni! Meu filho havia feito amizade com ele. Lembrei Raoni de suas investidas no Tapajós e disse que se eu tivesse ido para a margem errada, ele poderia ter me matado, ao que o chefe respondeu com toda a naturalidade: “É mesmo, podia mesmo”. Rindo, acabamos abraçando um ao outro e apreciamos o jantar.

Terminado o trabalho de campo e após breve estada no Rio de Janeiro, fui para a Museu Emílio Goeldi, em Belém do Pará, onde cheguei em 1963 e tive de sair em 1964 – data significativa – pois minha bolsa de pesquisa do CNPq havia sido cancelada naquele ano fatídico. Contudo, tive tempo para elaborar o texto resultante daquele trabalho de campo – um artigo intitulado “Família e Parentesco num Vale da Amazônia”. Como o artigo era muito volumoso (mais de 160 páginas), Eduardo Galvão sugeriu que fosse publicado na Revista do Museu Paulista, então dirigida por Herbert Baldus. Passei a considerar esse artigo como uma monografia. O mais importante, porém, é que tal estudo me familiarizou com as teorias de parentesco então em voga, desde Freeman (1961), que desenvolveu o conceito de “kindred”, caminho que eu iria seguir em boa parte de minha carreira.

Tendo novamente retornado ao Rio de Janeiro, lá fui recrutado por Thales de Azevedo, em busca de professores para a área de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Lá me juntei, em 1966, a um pequeno



grupo que contava com Perseu Abramo (hoje Fundação), István Jancsó (hoje da USP) e João Ubaldo Ribeiro, recentemente falecido, cuja carreira, iniciada em Itaparica, terminaria no Leblon, após ter-se tornado membro da Academia Brasileira de Letras. Após permanecer quatro anos em Salvador e tendo obtido uma bolsa da Comissão Fulbright, seguida depois por outra da CAPES, fui, em 1970, para os EUA a fim de realizar meus estudos de Doutorado em Harvard. Minha tese baseou-se em pesquisa de campo realizada em Salvador e versava sobre – como era de esperar – parentesco, mas com uma particularidade: a relação entre parentesco e gênero. Destaquei nesse trabalho a chamada matrifocalidade das redes de parentesco, a díade mãe-filha e a poligamia seriada. A pesquisa focalizava a população pobre de Salvador, em larga medida afro-descendente, e levou em consideração a influência dos grupos de candomblé, fortemente matrifocais no que diz respeito à chamada “família de Santo” (Cf. COSTA LIMA, 1977). Minha tese intitulava-se “Marginal Men and Dominant Women”, e tornou-se em 1987 um livro – “A Família das Mulheres”. Passei a ser considerado por certas senhoras – vejam só – como precursor do feminismo acadêmico, juntamente com Ruth Landes.

Houve também efeitos colaterais. Nesse trabalho, parti da ideia de Leach e outros que consideravam o parentesco como uma linguagem social, no meu caso uma linguagem que falava de gênero, ainda que na época não se falasse de gênero, mas de “sex roles” (a tese foi, é claro, escrita em inglês), ou em português, “papéis sexuais”. Como já disse, tornou-se importante considerar a matrifocalidade e a díade mãe-filha dos candomblés da Bahia. Ocorreu que as observações e leituras sobre cultos afro-brasileiros me conduziram na direção da cosmologia Yorubá e disso resultou um ensaio sobre a geomancia e o sistema de Ifá – “Geomancia e Cosmologia: a cultura Yorubá-Nagô” (1977). Esse trabalho foi originalmente o Special Paper que me qualificaria como Doctoral Candidate. Fez bastante sucesso em Harvard e recebeu uma observação – “a real scholar”. No Brasil, porém, poucos conhecem esse trabalho. Há quem o considere de leitura difícil e dizem que quando eu sou analógico, meus textos são bons de ler, mas quando sou digital eles ficam complicados. De fato, embora o trabalho de campo tivesse sido feito antes de minha ida para Harvard, o texto foi escrito lá, onde permaneci por três anos, como orientando de David Maybury-Lewis, numa época de forte influência do estruturalismo de Lévi-Strauss. De Salvador fui para os EUA e de lá para Brasília.

Não retornei a Salvador porque recebi um ofício da UFBA dando-me um prazo de 72 horas para reassumir meu posto junto àquela universidade. Se tivesse retornado teria prejudicado minha trajetória acadêmica; preferi dar prioridade ao meu projeto de Doutorado. Fiquei desempregado por uma semana, já que logo recebi um convite para integrar o Departamento de Ciências Sociais da UnB, onde redigi minha tese de Doutorado. Como já disse, fui aluno de Roberto Cardoso de Oliveira, no Rio de Janeiro, e passei agora a conviver com ele, como “colega júnior”, assim como com Roque de Barros Laraia, Júlio Cezar Melatti, igualmente ex-alunos de Roberto Cardoso, e vários outros, vindo depois a formar depois a “velha guarda” do atual Departamento de Antropologia.

Como professor da UnB fui convidado, pela Fundação Ford, para fazer parte de um grupo de pesquisadores que compunha um comitê de avaliação de projetos de pesquisa a serem possivelmente por ela financiados. Vale ressaltar que, em pleno período ditatorial, a Fundação Ford deu apoio significativo aos programas de pós-graduação em Antropologia da UnB e do Museu Nacional, contribuindo para sua consolidação, assim como a pesquisadores percebidos pelo governo como sendo de esquerda; vários conseguiram bolsas de estudo nos EUA e financiamento de seus projetos. Também a ABA recebeu – e continua recebendo – substancial apoio institucional e financeiro da Ford.





## **O Sr. foi precursor nos estudos sobre alimentação em grupos tradicionais, junto com Otávio Velho, e elaborou o Relatório sobre Hábitos e Práticas Alimentares. Poderia falar sobre esse Projeto e seus resultados?**

Outro projeto importante para minha carreira acadêmica foi financiado pela FINEP. Tratava-se de um programa de pesquisas coordenado por mim e por Otávio Velho, envolvendo alunos dos Mestrados em Antropologia da UnB e do Museu Nacional. Foi o programa que envolveu 11 pesquisas em várias regiões do país, urbanas e rurais, intitulado “Hábitos e Ideologias Alimentares em Grupos Sociais de Baixa Renda”. Coube a mim, redigir o relatório final, no qual se destacava a relação entre alimentação e gênero, família e parentesco, assim como percepções sobre meio ambiente face a processos como desmatamento. Esse relatório acabou tomando a forma de um artigo que abordava um tema original na época: o caráter social e simbólico da comida – e que até hoje é bastante lido, embora datado de 1975. Nele, tratei bastante de categorias classificatórias como “quente” e “frio” (que nada têm a ver com temperatura) ou como “reimorso”. Esse tema foi retomado por mim em vários momentos.

Em 1978 fui convidado pelo INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição) para fazer um estudo qualitativo da produção de alimentos em Sergipe, que deveria dar significado a dados quantitativos já processados. Por razões de ordem político-burocrática (era época de eleições), o estudo não se realizou, apesar de termos elaborado o projeto e realizado um “survey” inicial.

Já que o projeto não decolou, peguei um avião para a Inglaterra – mais corretamente, pegamos, pois já era recém-casado com uma das pesquisadoras do projeto, a hoje Dra. Ellen F. Woortmann. Lá, passamos um semestre a convite da Universidade de Sussex. Deveria ter sido um ano, mas, misteriosamente, meu salário no Brasil deixou de ser depositado em minha conta bancária, e contávamos apenas com 180 dólares mensais da Fundação Ford e com a bolsa de Mestrado (CNPQ) de Ellen. Apesar de tudo, foi proveitoso, pois a biblioteca daquela Universidade era excelente. Na época, lá se discutia o tema até hoje relevante do chamado “mercado informal”, e eu estava escrevendo um artigo sobre estratégias habitacionais entre grupos de baixa renda no Brasil, depois publicado no Anuário Antropológico. É claro que a dimensão das redes de parentesco aflorou novamente, agora desde um ponto de vista espacial.

Ao voltarmos para o Brasil, descobri que meu salário, também misteriosamente, havia sido depositado na conta dos monitores da UnB! Fiquei sabendo depois que a “filial” do SNI, que operava na UnB, foi a responsável por tal iniciativa, visto que ficou contrariada pelo fato de a Reitoria tanto quanto o Ministro da Educação, Eduardo Portela, terem autorizado minha saída do país.

## **Com Maria Yedda Linhares o senhor coordenou um projeto de avaliação qualitativa de um programa de assistência a pequenos produtores, financiado pelo INAN em convênio com a Fundação Getúlio Vargas. Quais os principais resultados desse trabalho?**

Mais importante, porém, foi que, em 1979, quando ainda em Sussex, estava eu em minha sala da Universidade quando, pressurosamente, a secretária do IDS (Institute of Development Studies) me comunicou que havia um





telefonema para mim, vindo do Brasil. Fiquei preocupado, imaginando o que poderia ter acontecido – naquela época uma ligação internacional era rara e cara. Era, porém, ninguém mais nem menos que Maria Yedda Leite Linhares, dizendo que o cancelamento do convênio da Fundação Getúlio Vargas (onde ela se encontrava na época) com o INAN e com a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) havia sido revogado.

Retomamos então o projeto de pesquisa, do qual participou, além de Ellen, também Francisco Carlos Teixeira da Silva, hoje professor da UFRJ. Tal projeto visava, como dito acima, estudar a lógica da produção camponesa em Sergipe, onde o INAN estava desenvolvendo um programa de estímulo à produção de alimentos por produtores familiares. Foi então que me envolvi definitivamente com o mundo camponês.

Ellen e eu retornamos então a Sergipe, agora já casados, o que abriu para ela o acesso a temas considerados, na época, “impróprios” para moças solteiras. É bem verdade que, quando de nossa primeira ida a Sergipe, quando chegamos ao ponto de ônibus de uma cidade do Sertão, dois meninos disputavam os “turistas” que lá chegavam e um deles disse: “eu fico com o casal de americanos”. Éramos nós, é claro. E pouco depois, já andando pela cidade, um dos meninos perguntou para Ellen o que eu era com relação a ela. Ellen respondeu que eu era seu professor, e o menino insistiu: “só professor”? Tendo Ellen dito que sim, ele sorriu e vaticinou: “é nada!”.

Voltando às questões acadêmicas, estudamos a organização do sítio camponês, formas de consorciamento e de acesso à terra, classificação de plantas, solos e animais, a relação entre produção e gênero e com o meio ambiente, e o significado da produção de alimentos, tal como detalhado no artigo de Ellen F. Woortmann “O Sítio Camponês” (Anuário Antropológico/81), num contexto histórico de fortes pressões políticas, econômicas e sociais, como procurei mostrar em meu artigo “A transformação da Subordinação”, parte do Seminário “Saber e Reprodução Camponesa” organizado por Mireya Suarez e por mim.

Mas tornou-se claro que entender a lógica da produção/reprodução social camponesa não seria possível sem considerar o parentesco. Bourdieu foi para nós um autor fundamental para o entendimento de práticas/estratégias matrimoniais. Casamentos preferenciais, princípios de descendência e de reciprocidade, formação de parentelas e sua relação com a terra e a migração, etc. eram dimensões centrais para a transmissão da terra e para a formação de comunidades onde tal como em quilombos e outras formações camponesas, a terra era de apropriação comunal. Observamos aqui que com certa frequência não se percebe – principalmente entre historiadores e sociólogos – que se trata de “territórios de parentesco”. O que pode causar o engano é o fato de que em várias regiões do Brasil, até por volta de 1950, irmãos germanos não tinham o mesmo sobrenome. Certo dia, Ellen foi levada até uma colina por Seu Davi Menino, líder e guardião da memória da comunidade por nós estudada. Apesar do apelido, tinha na época 93 anos de idade e ainda trabalhava na lavoura – só era, como dizia ele, “ruim das oiça”, isto é, ouvia mal. No alto da colina disse: “para todo lado que a senhora olhar, é tudo terra de Barreto”.

Ocorre, no entanto, que nem todos se chamavam Barreto. Como costumam fazer os antropólogos não pós-modernos, lidávamos com genealogias. Ellen fez o levantamento da descendência desde a chegada ao lugar do grupo de irmãos fundadores, criadores de gado vindos do sertão da Bahia, que se casou com filhas de sitiantes agricultores das proximidades. Essa genealogia mostrava que os irmãos não tinham o mesmo sobrenome, mas nossas análises posteriores mostraram que não eram os filhos que herdavam o sobrenome do





pai, mas os afilhados que o herdavam do padrinho. A nomeação feminina seguia outra lógica, ligada à religiosidade.

O estudo feito naquela comunidade – Lagoa da Mata – nos levou ainda a elaborar outro livro, “O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa”. Não era sobre o trabalho *na* terra, mas *da* terra mesmo, pois a terra também trabalha. Elaborei, então, o que alguns chamam de “o triângulo do Klaas”, isto é, o triângulo Deus, Homem, Natureza: o trabalho de Deus traz a chuva e o clima em geral; o trabalho da terra (natureza) é fazer germinar e crescer as plantas, nutrindo-as com sua força, e o trabalho do homem é plantar e cuidar da terra. Há, pois, como que uma troca entre os vértices do triângulo, uma relação de reciprocidade. Configura-se, pois, uma percepção holista do mundo, como se pode ver em Woortmann & Woortmann (1997). Nada, porém, aconteceria sem o trabalho do homem, determinado desde a expulsão do Éden por Deus. Ao mesmo tempo castigo divino e fonte da honra, a ideia de trabalho é central para a identidade camponesa. Este ponto foi por mim trabalhado em outro ensaio, “Com Parente Não se Neguecia – o campesinato como ordem moral”, em que aponto para a oposição entre o trabalho, entendido sempre como o trabalho sobre a terra e o negócio.

Porque não se “neguecia” com parentes? Porque “todo negociante é ladrão” e “porque no negócio sempre um ganha e outro perde”! Não se pode extrair lucro de uma relação com parente, o que não significa que se deixe de remunerar o trabalho de um parente. Trabalhar como “alugado” para estranhos é desonroso, especialmente para mulheres. Contudo, trabalhar, ainda que remunerado, para um parente é perfeitamente aceitável.

Mas, as especulações intelectuais nos levam para caminhos insuspeitados, e para mim ocorreu um reencontro com a História. Estava eu, agora pensando sobre a história dos estudos de parentesco, quando minhas leituras me fizeram retroceder no tempo e de repente cheguei ao Renascimento (do século XVI, e não do século XII), lá encontrando Copérnico. O que tinha ele a ver com parentesco? Evidentemente nada, mas a leitura de sua obra me impressionou. Sua Revolução foi parte, é claro, do grande movimento renovador da Renascença, quando a arte tanto quanto a ciência desenvolveram princípios como perspectiva e ponto de vista. Com Copérnico e Galileu, a Terra deixou de ser o centro do mundo e o Sol parou de girar em torno dela!

Outros revolucionários também existiram, contribuindo para as heresias científicas. A centralidade da Igreja (Católica) e seus dogmas se viam ameaçados, e mais ainda com Lutero e Calvino. O calvinismo, principalmente, estimulou a especulação científica – que chegaria, bem mais tarde, a Isaac Newton e sua construção mecânica do mundo, mostrando que o universo não era gerido por princípios morais, mas por princípios físicos e que Deus não era necessário para explicar o mundo. E, no entanto, Newton era um homem religioso de devoção protestante. E Copérnico, afinal de contas, não fora menos religioso, já que era um clérigo, embora também um alquimista. Prudentemente, porém, ele definiu sua cosmologia como uma hipótese, pois as fogueiras ainda crepitavam vigorosamente na Europa.

Tudo isso, conduziu-me a escrever outro livro – “Religião e Ciência no Renascimento” –, em que analisei as relações entre esses dois campos do pensamento naquele período crucial para formação do mundo ocidental moderno, momento no qual, como se já não bastasse, se descobre um continente e uma humanidade novos com a chegada de Colombo à América, é bem verdade que ainda no finzinho do século XV.





Descobriu-se não apenas um novo mundo, mas construiu-se um mundo novo e nele uma nova humanidade, se bem que, por algum tempo os indígenas das Américas não fossem considerados por alguns teólogos europeus como plenamente humanos – não teriam alma. E ressurgiu uma categoria de pensamento que já existia desde a Antiguidade: o selvagem. Heródoto descreveu selvagens europeus em sua *Historie*, assim como Hipócrates. O romano Tacitus considerava os povos germânicos como selvagens repulsivos (CF. WOORTMANN, 2000, 2001). O encontro de uma nova humanidade gerou consideráveis problemas filosófico-teológicos, já agora no contexto do cristianismo e de concepções como a Queda. Como incluir os ameríndios na *Gesta Dei*?

Escrevi então novo livro – “O Selvagem e o Novo Mundo: Ameríndios, Humanismo e Escatologia” (2004) – dedicado ao selvagem ameríndio tal como percebido num contexto humanístico, mas também escatológico. E me inspirei em Malinowski: “O chamado ‘selvagem’ foi sempre um brinquedo para o homem civilizado... fonte de emoções fortes na teoria. O selvagem foi sempre chamado para dar foros de autenticidade a essa ou àquela hipótese a priori, tornando-se, conforme o caso, cruel ou nobre, lascivo ou casto, canibalístico ou humanitário – em suma, o que melhor conviesse ao observador ou à teoria” (MALINOWSKI, 1983, p. 498).

Em resumo, o selvagem, oposto ao civilizado, servia para o europeu pensar a si mesmo num contexto em que floresciam (de novo) milenarismos e medos escatológicos.

Ao longo de minha carreira fui, é claro, influenciado por vários autores, tanto no que se refere ao campesinato quanto ao parentesco. Entre eles Bourdieu, Lévi-Strauss, Chayanov, Sahlins, Radcliffe-Brown, Malinowski, Leach, Dumont e tantos outros. Resolvi, então, comparar algumas dessas influências. Quem estuda o campesinato não pode deixar de conhecer Chayanov, o grande clássico no assunto com sua *Theory of Peasant Economy* (na tradução em língua inglesa, já que russo está fora de meu alcance). Escrevi um artigo, “O Modo de Produção Doméstico em duas Perspectivas” (2001), em que contraste a perspectiva dele com a de Sahlins em *Stone Age Economics*. Enquanto Chayanov percebia o “modo de produção doméstico” como o fundamento da economia, Sahlins o percebia como obstáculo à organização da sociedade, já que o grupo doméstico seria, segundo ele, refratário à troca. Chayanov forneceu também uma grande contribuição com sua noção de ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico.

Bourdieu, por sua vez, iria se defrontar com Lévi-Strauss, embora nunca de maneira explícita. É o caso de seu artigo sobre *Célibat et Condition Paysanne* (1962). Tanto ele como Lévi-Strauss lidavam com trocas matrimoniais, mas este último tratava do assunto de forma abstrata, enquanto Bourdieu examinava tais trocas desde o ponto de vista de cada *Maison* específica do Béarn francês, isto é, como prática/estratégia. Para Lévi-Strauss, o celibatário era a negação da troca, uma antissociedade – quase que uma figura (para ele) detestável. Para Bourdieu, era um recurso para a negociação de trocas matrimoniais, quando cada *Maison* buscava realizar o melhor casamento possível; o celibato era para ele um componente da estrutura social camponesa e não uma ameaça às estruturas de parentesco (Cf. WOORTMANN, 2002).

Outra heresia, para Lévi-Strauss, é o casamento com a prima paralela que, ao contrário daquele com a prima cruzada, não conduz à aliança e, portanto, à sociedade. Para os nativos Kabile, com os quais Bourdieu conviveu por certo tempo, a prima paralela era a menos impura das mulheres e, portanto, a mais indicada para o enlace matrimonial (Cf. WOORTMANN 2004). Já vimos que Lévi-Strauss não simpatizava com a família elementar, como mostrei em





um artigo – “Lévi-Strauss e a Família Indesejada” – em que o comparo com Radcliffe-Brown, para quem esta mesma família elementar seria a “origem” do parentesco; a ela Lévi-Strauss opunha seu “átomo de parentesco”.

## Poderia falar sobre sua experiência como professor e orientador?

Desde 1973 estou vinculado ao Departamento de Antropologia da UnB, mas antes estive, como já dito, no Museu Emílio Goeldi e depois na UFBA, onde, com o apoio de Thales de Azevedo realizei o trabalho de campo que foi base de minha tese de Doutorado. Lá, durante quatro anos fui professor de vários alunos, alguns dos quais, como Jeferson Bacelar e Inaiá de Carvalho, se tornaram pesquisadores. Passei também uma temporada em Florianópolis, em 1984, como professor visitante; lá tive como aluna Carmen Rial, hoje presidente da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), e Miriam Grossi, ex-presidente. Passei uma curta temporada em Curitiba, na UFPR, onde encontrei professores que haviam sido meus alunos, como Marcos Silva da Silveira, Liliana de Mendonça Porto e Maria Inês Smiljanic. Estive também um semestre na UNICAMP, onde Marisa Correa ajudou a divulgar minha tese de Doutorado e onde convivi com Carlos Rodrigues Brandão, cuja contribuição aos estudos do campesinato é bem conhecida.

Depois de aposentado na UnB, fui professor durante cinco anos na Universidade Católica de Goiás, hoje PUC, a convite de Manuel Ferreira Lima Fº, Coordenador do Mestrado P. em Gestão do Patrimônio Cultural, onde dei vários cursos relativos a este tema e onde reencontrei Isabela Tamasso e Marlene Ossami, minhas ex-alunas na UnB. Na própria UnB, fui professor do Mestrado P. de Turismo, em que também dei aulas sobre Patrimônio Cultural. Devo lembrar algo que nem sempre é lembrado – professores também aprendem com alunos, como em seminários onde se discute seja teoria seja o trabalho de pesquisa dos orientandos. Alguns alunos que trataram de temas próximos aos meus contribuíram para o alargamento de meus horizontes de entendimento da diversidade cultural brasileira.

O Departamento de Antropologia (DAN) da UnB foi como que uma segunda casa para mim. Foi lá que desenvolvi meus principais trabalhos, estimulado pelo clima intelectual que ali encontrei, visto que o chamado DAN abriga um dos dois melhores programas de Mestrado e Doutorado do país, o que não teria sido possível sem a presença significativa e o zelo administrativo de Rosa Venino Macedo, nossa Secretária há mais de 30 anos, e alguém que realmente “veste a camisa” do Departamento. Concluindo, no espaço antigo do DAN existiu um espaço de importância fundamental: a sala do cafezinho. Foi um lugar de fértil intercâmbio de ideias, de discussão sobre livros e artigos recentes e, é claro, de problemas relativos à Universidade. Foi um lugar de convivência entre professores e com os alunos que não existe mais. Quanto ao futuro, ele a Deus pertence.

## REFERÊNCIAS

FREEMAN, J.D. On the Concept of Kindred. *Journal of the Royal Anthropological Institute*. 91, 1961.

BOURDIEU, P. *Célibat et Condition Paysanne*. *Études Rurales* n° 5-6, 1962.

BOURDIEU, P. *Le Sens Pratique*. Éditions de Minuit, 1983.



## PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES

WOORTMANN, Klaas. Implicações Sociais do Desenvolvimento e da Urbanização. In: *Educação e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Ano VII, vol.10, nº 20, 1962.

\_\_\_\_\_. A Mulher em Situação de Classe. In: *América Latina*. São Paulo, Ano 8, nº 4, 1965.

\_\_\_\_\_. Grupo Doméstico e Parentesco num Vale da Amazônia. In: *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: Vol. XVII, Nova Série, 1967.

\_\_\_\_\_. *O Estudante de Nível Médio na Bahia*. Rio de Janeiro: Centro Regional de P. Educacionais da Bahia, INEP, 1970.

\_\_\_\_\_. A Antropologia Brasileira e os Estudos da Comunidade. In: *Universitas*, Salvador, nº11, 1972.

\_\_\_\_\_. Comunidade e Hacienda no Peru Andino: uma contribuição a uma Sociologia do campesinato latino-americano. In: *Série Antropologia*, Brasília, UnB/DAN, nº 05, 1973.

\_\_\_\_\_. Planejamento Familiar entre Camponeses e na Pobreza Urbana. In: *Pesquisa Antropológica*, n. 2, 1977.

\_\_\_\_\_. Geomancia e Cosmologia: a cultura Yoruba-Nagô. In: *Anuário Antropológico/77*; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

\_\_\_\_\_. Hábitos e Ideologias Alimentares em Grupos de Baixa Renda. *Série Antropologia*. Brasília: UnB/DAN, n. 20, 1978.

\_\_\_\_\_. A Transformação da Subordinação. Seminário Saber Camponês. In: *Anuário Antropológico/ 81*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

\_\_\_\_\_. A Família Trabalhadora. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1984.

\_\_\_\_\_. A Comida, a Família e a Construção do Gênero Feminino. In: *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, 1986.

\_\_\_\_\_. *A Família das Mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/CNPq, 1987.

\_\_\_\_\_. Com Parente não se Neguceia. In: *Anuário Antropológico/87*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

\_\_\_\_\_. Migração, Família e Campesinato. In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Campinas, V. 27, n. 1, 1990.

\_\_\_\_\_. Thales de Azevedo (1904-1995) In Memoriam. In: *Anuário Antropológico/95*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

\_\_\_\_\_. *Religião e Ciência no Renascimento*. Brasília: EdUnB, 1997.

\_\_\_\_\_. Os Desafios da Antropologia no Brasil em Face do Fenômeno da Globalização da Cultura. In: Brito de Freitas, C.: *Memória: Anais do I Seminário e da II Semana de Antropologia da UCG*. Goiânia: Editora UCG, 1998.

\_\_\_\_\_. Um Único Filho não é Filho. In: Woortmann, E.F, Guidi, M.L.M. e Moreira, M.R (org). *Respeito à Diferença: uma introdução à Antropologia*. Brasília: Cespe/ UnB, 1999.

\_\_\_\_\_. O Selvagem na História: Heródoto e a questão do Outro. In: *Revista de Antropologia/USP*. São Paulo, v. 43, n. 1, 2000.

\_\_\_\_\_. O Selvagem na Gesta Dei. In: *Série Antropologia*, n. 292, Brasília: UnB/DAN, 2001.

\_\_\_\_\_. O Modo de Produção Doméstico em Duas Perspectivas: Chayanov e Sahlins. In: *Série Antropologia*, n. 292, Brasília: UnB/DAN, 2001.

\_\_\_\_\_. A Etnologia (Quase) Esquecida de Bourdieu ou, O que fazer com heresias. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, 2004.



\_\_\_\_\_. A Idéia de Família em Malinowski. In: Campos. *Revista de Antropologia Social*. Curitiba, PPGAS/UFPR, a. 2, 2002/b.

\_\_\_\_\_. *O Selvagem e o Novo Mundo: ameríndios, humanismo e escatologia*. Brasília: EdUnB, 2004.

\_\_\_\_\_. Lévi-Strauss e a Família Indesejada. In: *Anuário Antropológico 2002/2003*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

\_\_\_\_\_. Breve Contribuição Pessoal à Formação de Antropólogos. In: Grossi, M., Tassinari, A., Rial, C. (org.). *Ensino de Antropologia no Brasil*. Florianópolis: ABA/Nova Letra, 2006.

\_\_\_\_\_. O Sentido Simbólico das Práticas Alimentares. In: Araújo W. e Tenser, C. *Gastronomia, Cortes e Recortes*. Brasília: Editora Senac, 2006.

\_\_\_\_\_. Migração, Família e Campesinato. In: Welch, C., Cavalcanti, J. e Wanderley, N. (org.). *Camponeses Brasileiros, Leitura e Interpretações Clássicas*. São Paulo, v.1, MDA/ Editora UNESP, 2009.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen. Fuga a Três Vozes. In: *Anuário Antropológico/ 91*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993.

\_\_\_\_\_. Velhos Camponeses. In: *Humanidades*: Brasília, n. 46, 1999.

\_\_\_\_\_. Monoparentalidade e Chefia Feminina: conceitos, contextos e circunstâncias. In: *Série Antropologia*, Brasília: UnB/DAN, n. 354, 2004.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. *O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: EdUnB, 1997.

